

54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CT-OS/CIF

Aos dias 30 do mês de junho de dois mil e vinte e um, às treze horas, por meio de vídeo conferência e transmissão via YouTube no link (https://youtu.be/1_uSwuVwMP8) teve início a a **54ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Dos participantes, registro: Acácia Cruz (ATI Rosa Fortini), Adriana Mitre (Prosas), Alexandre Soares de Castro (Fundação Renova), Cláudia De Oliveira Fontes (Fundação Renova), Cláudia Laureth (Flacso Brasil), Crhistian Ghamaliel De Souza (Fundação Renova), Denise Gomes do Nascimento (Prefeitura de Barra Longa), Desiree Pgnolati Mourao Incalado (Fundação Renova), Fabiane Macedo Borges (Ministério da Cidadania), Flávio Mesquita (SEDH/ES), Gabriela Soares (Comitê Gestor Pro-Rio Doce), Gessica Merellis (MCA Auditoria), Gustavo Soares Ribeiro (EY), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Comissão de atingidos de Degredo), Jadir Assis (SEDESE/MG/Coordenação CT-OS), Jair Aguiar dos Santos (MCA Auditoria), Joeci Miranda (Comissão de atingidos de Aracruz), José Augusto Gomes (SETADES), Juliana Cobucci (AEDAS), Karina Denari Gomes de Mattos (FGV), Laís Raquel Mariano (Flacso Brasil), Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova), Lívia Pessoa (SEDESE), Lorena Gontijo (Comitê Gestor Pro-Rio Doce), Marcello Sacco (Fundação Renova), Maria Albanita Roberta De Lima (Fundação Renova), Maria Lethicia Campos Mata (Fundação Renova), Marilia Francielle Caetano Moreira, Miriam Maria Santos (Flacso Brasil), Mirna de Almeida Corrêa (MAPA), Nilian Cristina Farias Genovese (Fundação Renova), Paula Vieira Goncalves De Souza (Fundação Renova), Paulo Eugenio Clemente Junior (Ministério da Cidadania), Priscila Ohira (Fundação Renova), Rafael Carneiro Da Silva Matos (Fundação Renova), Rafael Do Carmo Pompermayer (Fundação Renova), Renato Cardoso (MAPA), Ronaldo Felicio Moyses Filho (Fundação Renova), Rosângela Simão Paulino (SEDESE/MG), Sandra de Oliveira (Prefeitura de Barra Longa), Sarah Gomes (Prefeitura de Mariana), Tais Pereira Santos (ASPERQD), Tatiana Tatagiba (SETADES/ES) e Victor Dolabela (SEDESE/MG).

1. Abertura da Reunião Ordinária:

Pauta	Discussão
1.1 Apresentação dos presentes, aprovação da ata e leitura da pauta:	O Sr. Jadir de Assis, coordenador da Câmara Técnica de Organização Social – CT-OS, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo a participação dos presentes. Posteriormente, houve uma rodada de apresentações dos presentes e leitura da pauta, sem objeções. A coordenação colocou a ata da 53ª Reunião Ordinária da CT-OS em votação.
Aprovação:	A ata da 53ª Reunião Ordinária da CT-OS foi aprovada sem objeções dos membros. A ata será enviada a Secex para publicação na página do CIF/IBAMA.
1.2 Informes – Atualização da composição das Câmaras Técnicas:	A Sra. Laís Mariano, representante da Flacso Brasil, informou sobre a necessidade de atualização dos dados de todos os membros da Câmara Técnica, o que possibilitará o custeio para as reuniões presenciais e outros. Esclareceu que serão necessários os seguintes dados: município residente, município da instituição, CPF, ofício de indicação, e-mail e telefone. A Sra. Joeci Miranda, representante da Comissão de atingidos de Aracruz, solicitou registro em ata através do chat: “Nós das comissões continuamos nossos trabalhos na base, e temos que nos deslocar quase que diariamente, fazendo o trabalho que o pessoal da Fundação Renova deixou de fazer, que é contactar o atingido no seu local de residência, assim temos gasto muito de nosso bolso, sugiro que as lideranças da comissão sejam de alguma forma ressarcidos (ou seja custeados)”.

2. Programa de Indenização Mediada (PIM)/Programa de Cadastro:

Pauta	Discussão
2.1 Manifestações do Grupo de Trabalho/Relatório de	O Sr. Renato Cardoso, representante do MAPA, informou que foram publicadas 2 portarias que mudam toda a sistemática dos pescadores profissionais artesanais e industriais também. Relatou que foi feita reunião de GT e que ficou definido, uma vez que a Deliberação nº 465

Monitoramento Mensal (RMM):

não foi cumprida pela Fundação Renova, que a CT-OS enviará uma Nota Técnica ao CIF relatando o descumprimento. Sobre os protocolos de pesca, informou que a CT-OS tem feito reunião com o IAJ e que está elaborando um documento com o marco temporal com os últimos acontecimentos.

Sobre o RMM do Cadastro, o Sr. Laurent Rivet Rassi, representante da Fundação Renova, informou que, algumas informações não estão na planilha que consta no relatório, pois, pertencem a base do Cadastro Emergencial. Sobre a coluna “Cadastro CIF”, informou que essa coluna só é preenchida quando o cadastro é finalizado e enviado ao CIF. Informou ainda que estão trabalhando com o banco de dados para trazer no próximo RMM as informações dos municípios de forma aberta.

A Sra. Karina Denari, representante da FGV, solicitou esclarecimentos sobre o significado de “CPF com danos disponíveis no fluxo ágil” e a nova categorização “CPFs Elegíveis”. **A Fundação Renova enviará as informações solicitadas em complementação ao encaminhamento E53.10.**

Sobre o RMM do PIM, o Sr. Ronaldo Moysés, representante da Fundação Renova, informou que a árvore do status onde constava a diferença de 1, de um RMM para o outro, se deu devido a uma proposta que havia sido, inicialmente, recusada e que foi solicitada revisão, passando para o status “em análise”. Informou ainda que foi feita a correção da tabela 5 do RMM, que estava com um erro de somatório.

O Sr. Renato Cardoso solicitou detalhamento do período da tabela 1, esclarecimento sobre algumas novas definições incluídas no relatório (“descartado”, “Unificação Cod. pessoa em Processamento?”, por exemplo), detalhamento de números e definições da tabela 5, esclarecimento dos cadastros dos grupos remanescentes. A Fundação Renova deu breve esclarecimento e informou que o detalhamento será encaminhado posteriormente, solicitou que a demanda seja colocada como encaminhamento.

A Sra. Joeci Miranda, representante da Comissão de atingidos de Aracruz, relatou que muitos atingidos eram inibidos durante o Cadastro, pois eram informados de que não havia política para as categorias citadas por eles e por isso não finalizavam os cadastros. Informou que na época só existia política para pescadores e que hoje são consideradas outras categorias. Questionou sobre o que essas pessoas, que foram prejudicadas e inibidas no momento do cadastro, podem fazer.

A Sra. Sarah Gomes, representante da Prefeitura de Mariana, questionou se realmente não estavam entrando novos núcleos familiares devido à pandemia, questionou o cronograma que constava mobilização de campo, visto que a Caritas informou que não estavam sendo feitas ações. O Sr. Laurent Rivet Rassi, esclareceu que as pesquisas que estão sendo realizadas com as listas de 2019 são pendências de núcleos que já existiam e precisavam de ajustes e informou que devido à pandemia, houve um ajuste na metodologia para dar continuidade ao que vinha sendo feito de forma remota. Sobre as vistorias, informou que estava sendo construída uma metodologia para compartilhamento das informações e que assim que a Caritas entender que é possível fazer as vistorias, será possível contornar as situações no território em tempo de pandemia. Considerou que o cronograma está um pouco em aberto, devido a falta de clareza de como as coisas continuaram acontecendo no território e informou que as equipes estão mobilizadas aguardando sinalização da Caritas para dar continuidade as ações previstas no cronograma.

Sobre o PG-05, o Sr. Renato Cardoso questionou a variação dos números de indenizações de Mariana, o Sr. Ronaldo Moysés explicou que esses números se referem a uma fase de atendimento que é flutuante, ou seja, pessoas que iniciam atendimentos e pessoas que concluem os atendimentos. A Sra. Sarah Gomes solicitou que fosse discriminado o número de famílias indenizadas pelo programa de indenização da Fundação Renova e o quantitativo de

famílias indenizadas pelo processo do cadastro, feito junto com a Caritas, através da matriz de danos. O Sr. Ronaldo Moysés explicou que a distinção que existe, é a vontade do atingido em fazer o acordo com a representatividade da Caritas ou não e afirmou que a matriz de danos é única e que não existem formas de acesso diferentes. Explicou que algumas famílias podem recusar a proposta e podem, posteriormente, repensar e aceitar o que foi proposto, e por isso, esse número de indenizações também é flutuante.

Após questionamentos da Sra. Karina Denari, representante da FGV, quanto ao RMM do Cadastro sobre o marco temporal apresentado, o Sr. Laurent Rivet Rassi informou que ele diz respeito ao Cadastro fase 2 e que a partir dele não seriam feitos novos cadastros, apenas os da fase 1 e os de Mariana.

Em resposta ao questionamento da representante da Comissão de atingidos de Aracruz, o Sr. Laurent Rivet Rassi, informou que há diversas categorias que passaram pelo Cadastro e acrescentou que há diretrizes do Cadastro para que sejam recebidas e registradas as autodeclarações das categorias. Informou que não é de seu conhecimento, nenhum tipo de inibição na ponta, no momento de declarar ou pedir um cadastro, ao declarar qualquer tipo de categoria. Solicitou que, se em algum caso, a pessoa solicitou registro do seu cadastro e não foi atendido, que leve a ouvidoria para que o caso seja acolhido e analisado.

Sobre várias categorias e múltiplos danos, o Sr. Laurent Rivet Rassi informou que isso envolve também o fluxo ágil indenizatório, mas relatou que do ponto de vista do Cadastro, há milhares de pessoas que registraram múltiplos danos e esclareceu que para fins de indenização, há regras específicas que estão no âmbito do PIM.

A Sra. Karina Denari, lembrou que no documento há uma aba de dano declarado, sem a especificação de pluriatividade e solicitou aprimoramento dessa aba deixando mais claro as pluriatividades registradas. Sobre a afirmação da Fundação Renova de que não havia triagem de danos no Cadastro, informou que isso mudou na fase 2 e resgatou que as NTs da CT-OS citaram a análise prévia, que é conduzida pelo cadastro e que o RMM de junho, descreve os números de pessoas que eram inelegíveis ao cadastro. Solicitou registro de que nem sempre todas as categorias de danos foram consideradas pela Fundação Renova, como aptas a realizar o Cadastro, e sobre as políticas indenizatórias, resgatou que elas foram suspensas, unilateralmente pela Fundação Renova, devido a movimentações judiciais. O Sr. Laurent Rivet Rassi, esclareceu que a questão da elegibilidade ao cadastro se aplica diretamente quando as pessoas não relatavam nenhum tipo de dano ou quando relatavam danos coletivos (lazer e saúde), ou quando relacionado ao dano geral de água (abastecimento de água urbana) e povos tradicionais que seria em área específica. Informou que essa situação não se aplica ao exemplo das categorias citadas pela representante da Comissão de Atingidos de Aracruz.

Sobre questionamentos para entrada no Novel, o Sr. Ronaldo Moysés explicou que os parâmetros para ingresso nesse sistema foram totalmente definidos pelas sentenças da 12ª Vara, e que essa sentença reconheceu, como titular de direito, ou seja, com uma possibilidade de indenização individual para cada membro da família esse grupo de pessoas e que ela também definiu alguns limites de reconhecimento do núcleo familiar dentro do sistema, limitando à ascendentes e descendentes de primeiro grau, como sendo elegíveis a pleitear a adesão nesse sistema. Informou que a Fundação Renova realizou inúmeras inclusões de dependentes dentro do sistema, através de um fluxo próprio e considerou que, caso a pessoa que se sinta contemplada pela sentença, tentar ingressar no Novel e não conseguir, ela possui o recurso de fazer uma contestação colocando seu pleito e enviando seus documentos para análise da Fundação Renova e resposta. A Sra. Joeci Miranda informou que foram feitas mais de 300 contestações, sem nenhum retorno da Fundação Renova e relatou que os atingidos sentem um imenso descaso por não terem essa resposta. O Sr. Ronaldo Moysés informou que

	a Fundação Renova está se organizando para atendimento a esse fluxo e que todas as respostas serão dadas.
Encaminhamento E54.1:	Em complementação aos encaminhamentos E53-02 e E52-7, esclarecer as diferenças quanto à origem e natureza do dado anteriormente disponível no Anexo 4 categorizado como "CPF com danos disponíveis no fluxo ágil" e a nova categorização "CPFs Elegíveis" (descrição informada: CPF's ativos no Sistema Ágil e liberados para adesão). Indicar se tais categorias correspondem aos mesmos dados, em que medida podem ter seus quantitativos comparados ou, no caso de serem diferentes, como se relacionam considerado o fluxo de solicitações e cadastros da Fundação Renova. Resp.: FR - Prazo: Próxima CT-OS.
Encaminhamento E54.2:	RMM do Cadastro: • "Unificação Codpessoa em Processamento" - aperfeiçoar a descrição da categoria; • "Não iniciado" – aparece na fase 1, segundo a descrição do dado deveria ter apenas na Fase 2 - explicar porque apareceu na Fase 1; • "Descartado" – aperfeiçoar a descrição da categoria. Dúvida: se a categoria indica casos duplicados, essa categoria se confunde com a categoria de "Unificação Codpessoa em Processamento"? Em que medida elas se diferenciam? • Produzir a árvore de acompanhamento dos cadastros de Mariana, • proceder à revisão do segundo parágrafo abaixo da tabela 2 (a respeito do volume pré e pós 30/04), • disponibilizar novamente o "cronograma de cadastramento dos grupos remanescentes". Resp.: Cadastro - Prazo: Próximo RMM.

3. Análise dos encaminhamentos da 53ª Reunião Ordinária:

Pauta	Discussão
3.1 Análise dos encaminhamentos da 53ª Reunião Ordinária:	<p>O Sr. Jadir de Assis, coordenador da Câmara Técnica de Organização Social – CT-OS, repassou os encaminhamentos gerados durante a 53ª Reunião Ordinária, com os esclarecimentos sobre o atendimento de cada um deles.</p> <p>O Sr. Jadilson, representante da Comissão Quilombola, questionou sobre a reunião intercâmaras com a CT-IPCT, para tratar dos AFES das comunidades indígenas, tradicionais, pescadores e quilombolas, que estava listada como encaminhamento. Informou que está articulando com a CTIPCT para agendamento desta reunião e que a Comissão enviará ofícios para as duas Câmaras. O Sr. Jadir de Assis esclareceu que como o tema é tratado pela CT-IPCT, a CT-OS solicitou apoio do Comitê do estado do Espírito Santo para dar tratativas ao tema. Informou que aguardará o ofício da CT-IPCT para discussão em conjunto, envolvendo o Comitê. O Sr. José Augusto (SETADES) relata que estão acompanhando a evolução da demanda e manterão a CTOS informada.</p>

4. Programa de Proteção Social (PPS):

Pauta	Discussão
4.1 Apresentação dos primeiros resultados do Edital de Proteção Social – Fundação Renova:	<p>A Sra. Adriana Mitre, representante do Prosas, apresentou detalhes sobre como foi feita a primeira etapa do Edital de Proteção Social. A íntegra da apresentação está disponível para consulta de eventuais interessados.</p> <p>A Sra. Fabiane Macedo, representante do Ministério Cidadania, solicitou envio da apresentação realizada e questionou a previsão para conclusão do processo e como está a divulgação dos resultados. A Sra. Adriana Mitre informou que a primeira etapa de classificação foi divulgada e que os proponentes já estão cientes da sua classificação. A Sra. Maria Albanita, representante da Fundação Renova, informou que a apresentação será</p>

	<p>enviada, juntamente com o cronograma e afirmou que a etapa final acontecerá no mês de agosto.</p>
<p>4.2 Manifestações do Grupo de Trabalho/Relatório de Monitoramento Mensal (RMM):</p>	<p>A Sra. Fabiane Macedo, representante do Ministério Cidadania, solicitou correção da informação da data de envio da Definição do PG05 à CTOS (e não ao CIF) no item 1.7 pag. 37 do RMM. A Fundação Renova informou que fará a correção solicitada. Não houve novas observações sobre o RMM.</p>
<p>Encaminhamento E54.3:</p>	<p>A Fundação Renova deverá corrigir informação da data de envio da Definição do PG05 à CTOS (e não ao CIF) no item 1.7 pag. 37 do RMM. Resp.: PG05 - Prazo: imediato.</p>
<p>4.3 Escopo do PPS – Análise e validação do documento final – Definição PG 05, versão 7 a ser apresentado pela Fundação Renova:</p>	<p>A Sra. Fabiane Macedo, representante do Ministério Cidadania, fez uma breve retrospectiva dos últimos passos dados em relação ao escopo do PPS. Apresentou detalhes da análise e das alterações que precisam ser feitas e informou que os pontos foram destacados no próprio documento de definição, que foi enviado em word. Todos os pontos foram alinhados entre a Fundação Renova e a CT-OS e a CT-OS enviará documento com observações sobre o escopo do PG-05, para que a Fundação Renova faça as correções e devolva a versão final. Paralelamente, a CT-OS fará uma Nota Técnica para envio ao CIF, com aprovação do escopo, com ressalvas.</p> <p>A Sra. Joeci Miranda, representante da Comissão de atingidos de Aracruz, questionou se Aracruz não havia aderido aos Planos Municipais. A Sra. Maria Albanita, representante da Fundação Renova informou que no estado do Espírito Santo não houve adesão de Aracruz e Baixo Guandu e relatou que o alinhamento está difícil. Sugeriu reunião do GT para discussão técnica para tratar de uma possível alternativa para os planos dos municípios não aderentes. A Sra. Joeci Miranda relatou que a Comissão dos atingidos cobrará resposta do município para atender aos atingidos que estão na ponta.</p> <p>A Sra. Sarah Gomes, representante da Prefeitura de Mariana, relatou que na semana passada houve uma audiência sobre a ACP do Programa de Proteção da Secretaria de Desenvolvimento Social de Mariana, onde ficou a pendência em discutir algumas propostas de alteração desse Plano de Trabalho. Relatou que após a reunião, a Fundação Renova colocou a equipe que ainda está contratada pela Contexto e cedida à secretaria (no caso, os psicólogos) de aviso prévio, que acaba no dia 16 de julho e considerou que por isso, haverá uma desassistência com a saída desses profissionais. Questionou o porquê dessa ação relacionada ao aviso prévio.</p> <p>Após questionamentos, a Sra. Sarah Gomes afirmou que não houve nenhum acordo na reunião e que foram feitas apenas sugestões de alteração por parte do procurador. Relatou que a juíza deu 30 dias para que a Fundação Renova e o município entrassem em consenso, e que logo após a reunião, a Fundação Renova tomou uma atitude que prejudicará o município. Relatou que houve conferência com o Dr. Frederico e que ele afirmou que a Fundação Renova não poderia ter tomado essas decisões.</p> <p>A Sra. Priscila Ohira, representante da Fundação Renova, solicitou que a Sra. Sarah envie um e-mail e/ou ofício com as informações relatadas, para que a situação seja avaliada internamente na Fundação Renova. A Fundação Renova agradeceu todo apoio recebido pela SETADES/ES no processo de adesão aos planos municipais.</p>
<p>Encaminhamento E54.3</p>	<p>A Fundação Renova irá corrigir informação da data de envio da Definição do PG05 à CTOS (e não ao CIF) no item 1.7 pag. 37 do RMM. Resp.: PG05 - Prazo: imediato</p>
<p>Encaminhamento E54.4:</p>	<p>A CT-OS enviará documento com observações sobre o escopo do PG05, para que a Fundação Renova faça as correções e envie a versão final à CT-OS. Resp.: PG05 - Prazo: 5 dias úteis - 07/07/21</p>
<p>Encaminhamento E54.5</p>	<p>CTOS convidará a FR para a reunião do GT para tratar de uma possível alternativa para os planos dos municípios não aderentes.</p>

5. Programa de Assistência aos animais (PAA):

Pauta	Discussão
<p>5.1 PG 07 – Definição Procedimentos para efetivação do monitoramento do PG-07/Custeio e demais providencias e Revisão nova definição PG-07:</p>	<p>O Sr. Rafael Matos e o Sr. Rafael Pompermayer, representantes da Fundação Renova se apresentaram e se colocaram a disposição da Câmara Técnica. O Sr. Jadir de Assis, coordenador da Câmara Técnica de Organização Social – CT-OS, fez breve relato do que está definido na deliberação CIF n.º 226 e relatou que devido a pandemia não houve o monitoramento assim como era previsto.</p> <p>A Sra. Mirna Corrêa, representante do MAPA, relatou estranheza em voltar com o assunto relacionado ao custeio, visto que isso já havia sido resolvido lá atrás. O Sr. Jadir de Assis explicou que não havia o registro e que existiam dúvidas em relação ao processo.</p> <p>A Sra. Laís Mariano, representante da Flacso Brasil, relatou que houve divergência no entendimento de quem seria o responsável pelo pagamento do monitoramento e que na busca dessa informação no histórico, foi identificada a falta de registro. O Sr. Jadir de Assis relatou que foi elaborado um ofício com justificativas para custeio de não membros e para inclusão da demanda no planejamento mensal da Câmara Técnica. Nesse sentido, ficou claro e definido que todo o custeio sairá do orçamento da CT-OS. A Sra. Laís Mariano esclareceu que sempre que a demanda envolver pessoas não membros da Câmara Técnica, será necessário passar pelo processo de justificativa e aprovação do CIF.</p> <p>O Sr. Rafael Matos informou que houve uma reunião para apresentação de alguns pontos que estavam pendentes sobre a revisão da definição do programa. Informou, ainda, que a proposta é no mês de julho, junto com a equipe de monitoramento e de forma remota, finalizar a revisão da definição do programa e no início de agosto realizar a visita de monitoramento, trazendo para a CT-OS de agosto uma atualização sobre a definição e sobre a visita. Esclareceu ainda que o monitoramento previsto para o início de agosto seria em atendimento ao primeiro semestre de 2021.</p> <p>O Sr. Jadir de Assis considerou que como a CT-OS não possui técnicos que atuam nessa área, não haveria condições de fazer grandes apontamentos sobre a definição e que por isso a equipe de monitoramento, analisaria e enviaria manifestação à CT-OS, para solicitação de revisão a Fundação Renova e posterior envio do documento final ao CIF. A Sra. Mirna Corrêa considerou que não é necessário levar para o GT a discussão do PG07, visto que os técnicos não acrescentarão em nada, visto que é um escopo muito específico. O Sr. Jadir de Assis considerou que para validá-lo, será necessário discuti-lo. Houve definição de encaminhamento e os respectivos prazos.</p>
<p>Encaminhamento E54.6:</p>	<p>A Fundação Renova enviará a CTOS a data do monitoramento do 1º semestre /21 (prevista para 3 a 5/08).</p>
<p>Encaminhamento 54.7</p>	<p>A Fundação Renova enviará a nova definição do PG-07 revisada de acordo com as sugestões da CT-OS e dos membros de monitoramento até o final do mês para avaliação da CT-OS. Resp.: PG07. Prazo: final de julho.</p>

Às 17 horas e 29 minutos, dos dias 9 de junho de 2021, o Sr. Jadir Assis, coordenador suplente da Câmara Técnica de Organização Social – CT-OS, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Ata aprovada na 55ª Reunião Ordinária realizada dia 11 de agosto de 2021.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a large circular flourish at the end, positioned above a horizontal line.

Jadir de Assis
Coordenador Suplente
Câmara Técnica de Organização social e Auxílio emergencial - CTOS